

# O DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO POR INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO COMO CRITÉRIO OBJETIVO E LEGITIMADOR DA INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO

THE ECONOMIC AND FINANCIAL ECONOMIC IMBALANCE OF THE USER'S DEFAULT CONCESSION AGREEMENT AS AN OBJECTIVE AND LEGITIMATORY CRITERIA FOR PUBLIC SERVICE INTERRUPTION IN THE LIGHT OF THE PRINCIPLES OF THE LAW CONSTITUTIONAL STATE

Biblioteca Depositária: PUC-SP

Fabrcio Bolzan de Almeida<sup>1</sup>

## RESUMO

A presente tese de doutoramento foi dividida em três partes: Parte I – Serviço Público; Parte II – Continuidade do Serviço Público; e, Parte III – Critério Legitimador da Interrupção do Serviço Público. Na parte inicial, abordamos os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais do instituto serviço público e trouxemos as principais definições trazidas pela doutrina administrativista, além da nossa proposta de conceituação. Demonstramos ainda o regime jurídico de direito público e a importância da Escola Francesa de Direito para a construção da noção de serviço público. Na segunda parte desta tese entraremos no enfrentamento de um ponto de extrema relevância, o princípio da continuidade do serviço público. Para tanto, abordamos as noções de consumidor e de usuário do serviço público, bem como as diferenças principais entre tarifas e taxas no tocante à espécie de contraprestação pecuniária remuneratória dos serviços públicos. Traremos à colação a visão da doutrina nacional contemporânea sobre a possibilidade ou não da interrupção do serviço público em razão do inadimplemento do usuário, bem como a posição dominante e as exceções na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A parte derradeira desta tese será elaborada com o intuito de construir aquilo que defendemos como sendo um critério objetivo e legitimador da interrupção do serviço público em razão do inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, conforme determina a Lei Geral de Concessões e Permissões dos Serviços Públicos e à luz dos Princípios Constitucionais do Estado Democrático de Direito. Para tanto, percorreremos numa releitura do princípio da supremacia do interesse público como sendo a superioridade dos direitos fundamentais e fecharemos a tese com a fundamentação filosófica pautada na teoria de Tércio

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2020); Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014); Especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo COGEAE (2009); Especialista em Direito do Consumidor pela Escola Superior de Advocacia OAB-SP (2001). Professor de Direito Administrativo e de Direito do Consumidor. Autor de obras jurídicas. Advogado e membro fundador do IBDCont. [fabrcio@bafh.com.br](mailto:fabrcio@bafh.com.br) -

Sampaio Ferraz Júnior sobre as regras de calibração. A pesquisa de campo realizada na maior concessionária do serviço de energia elétrica do país também será apresentada.

**Palavras-chave:** Direito; Serviço Público; Princípio da Continuidade; Interrupção; Inadimplemento do usuário.

#### **ABSTRACT**

The present doctoral thesis was divided into three parts: Part I - Public Service; Part II - Continuity of the Public Service; and Part III - Legitimizing Criterion of Public Service Interruption. In the first part, we approached the constitutional and infraconstitutional foundations of the public service institute and brought the main definitions brought by the administrativist doctrine, besides our conceptualization proposal. We also demonstrate the legal regime of public law and the importance of the French School of Law for the construction of the notion of public service. In the second part of this thesis we will address a point of extreme relevance, the principle of continuity of public service. To this end, we address the notions of consumer and user of the public service, as well as the main differences between tariffs and fees with respect to the kind of remuneration for public services. We will bring to the collation the view of contemporary national doctrine on the possibility or not of interruption of public service due to the default of the user, as well as the dominant position and exceptions in the jurisprudence of the Superior Court of Justice. The final part of this thesis will be elaborated in order to build what we defend as an objective and legitimizing criterion of the interruption of the public service due to the default of the user, considered the interest of the community, as determined by the General Law on Concessions and Permissions. Public Services and in light of the Constitutional Principles of the Democratic Rule of Law. Therefore, we will re-read the principle of supremacy of the public interest as the superiority of fundamental rights and close the thesis with the philosophical grounding based on the theory of Tércio Sampaio Ferraz Júnior about the calibration rules. Field research conducted at the largest utility company in the country will also be presented.

**Keywords:** Right; Public service; Principle of Continuity; Interruption; User default.

#### **Banca Examinadora:**

Profº. Dr. VIDAL SERRANO NUNES JÚNIOR – (Orientador)

Profº. Dr. ALOYSIO VILARINO DOS SANTOS – (Examinador)

Profº. Dr. ANTÔNIO CARLOS MORATO – (Examinador)

Profº. Dr. FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI – (Examinador)

Profª. Dra. MÔNICA DE MELO – (Examinadora)